

[resep nasi kuning](#) [resep ayam bakar](#) [resep puding coklat](#) [resep nasi goreng](#) [resep kue nastar](#) [rese](#)
[p bolu kukus](#)
[resep puding](#)
[brownies](#)
[resep brownies kukus](#)
[resep kue lapis](#)
[resep opor ayam](#)
[bumbu sate](#)
[kue bolu](#)
[cara membuat bakso](#)
[cara membuat es krim](#)
[resep rendang](#)
[resep pancake](#)
[resep ayam goreng](#)
[resep ikan bakar](#)
[cara membuat risoles](#)

2009 . Ano 6 . Edição 48 - 10/03/2009

Por Pedro Henrique Barreto, de Brasília

A história das secas na região Nordeste é uma prova de fogo para quem lê ou escuta os relatos que vêm desde o século 16. As duras consequências da falta de água acentuaram um quadro que em diversos momentos da biografia do semiárido chega a ser assustador: migração desenfreada, epidemias, fome, sede, miséria. Os relatos de pesquisadores e historiadores datam da época da colonização portuguesa na região. Até a primeira metade do século 17, quem ocupava as áreas mais interioranas do semiárido brasileiro era a população indígena. Uma das primeiras secas que se tem notícia aconteceu entre 1580 e 1583. As capitanias tiveram seus engenhos prejudicados, as fazendas sofreram com a falta de água e cerca de 5 mil índios desceram o sertão em busca de comida.

Somente no século seguinte é que os chamados "sertanejos" passaram a ocupar a região conhecida como o Polígono das Secas - parte de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e também Norte de Minas Gerais. A presença foi intensificada após uma Carta Régia que proibia a criação de gado em uma faixa de dez léguas desde o litoral em direção aos sertões.

Nos anos 1700, diversas estiagens atingiram a região, deixando rastros alarmantes nas capitanias. A do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte foram as mais prejudicadas.

Rebanhos, homens, mulheres e crianças morreram em grande número. A infraestrutura dos engenhos não acompanhou com a mesma velocidade o crescimento populacional e a fome se espalhou de forma acelerada. Segundo Irineu Pinto, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, fiscais da Câmara chegaram a pedir ao rei que enviasse escravos, pois os que habitavam a região haviam morrido de fome.

Décadas mais tarde, se abateria sobre a região o período que foi conhecido como a "Grande Seca". Teve início em 1877 e durou pouco mais de dois anos. Os efeitos foram catastróficos. Há quem estime que doenças, fome e sede dizimaram mais da metade da população do Ceará, que tinha 800 mil habitantes. Mesmo considerando-se exageros na estimativa, o cenário causou choque em estudiosos dessa época.

NA ESQUINA Rodolfo Teófilo, historiador e escritor que foi um dos fundadores da Academia Cearense de Letras, publicou uma das mais realistas visões sobre essa seca. No livro *A Fome*

, de 1890, relata: "A peste e a fome matam mais de 400 por dia! O que te afirmo é que, durante o tempo em que estive parado em uma esquina, vi passar 20 cadáveres: e como seguem para a vala! Faz horror! (...) E as crianças que morrem nos abarracamentos, como são conduzidas! Pela manhã os encarregados de sepultá-las vão recolhendo-as em um grande saco: e, ensacados os cadáveres, é atado aquele sudário de grossa estopa a um pau e conduzido para a sepultura".

A migração também foi um dos pontos agravados. Um enorme contingente de habitantes dessa área, castigados pela estiagem, partiu para a Amazônia e estados vizinhos. Foi daí que o conceito de retirante surgiu. Quem explica é a pesquisadora Isabel Guillen, que coleciona diversos artigos e estudos sobre o tema em instituições acadêmicas de Pernambuco. "Quando se trata de migração nordestina, tudo se passa como se fosse uma decorrência econômica social natural, levando-se em conta a construção imaginária do tripé Nordeste-seca-migração. De certo modo, essa representação social contribui para criar a invisibilidade histórica em torno do migrante", diz.

JOIA DA COROA Após a catástrofe de 1877, as autoridades do Império começaram a ter uma maior preocupação com o assunto. O imperador D. Pedro II chegou a cunhar a célebre frase: "Não restará uma única joia na Coroa, mas nenhum nordestino morrerá de fome". Criou-se comissão imperial para desenvolver medidas que pudessem atenuar futuras secas. Da adaptação de camelos, construção de ferrovias e açudes e a abertura de um canal para levar água do Rio São Francisco para o Rio Jaguaribe, no Ceará, muito pouco saiu do papel.

Nas décadas seguintes, a escassez das chuvas permaneceria constante na região Nordeste, e os desníveis sociais, alarmantes. Foram tomadas providências para se combater o problema. Como a construção de estações pluviométricas e a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909. No entanto, o efeito prático não se traduziu em melhorias significativas para o dia-a-dia da população.

Na seca seguinte, em 1915, o governo do Ceará criou uma espécie de campos de concentração nas margens das grandes cidades para impedir a migração. A fome e a falta de

higiene provocaram um quadro trágico. "Eram locais para onde grande parte dos retirantes foi recolhida a fim de receber comida e assistência médica. Não podiam sair sem autorização dos inspetores do campo. Ali ficavam retidos milhares de retirantes a morrer de fome e doenças", relata a professora Kênia Rios, doutora em História pela Pontifícia Universidade (PUC) de São Paulo.

Em 1932, outra estiagem iria devastar o semiárido nordestino. Foi nessa época que se tornou conhecida a indústria da seca: as oligarquias econômicas e políticas da região que usavam recursos do governo em benefício próprio, com o pretexto de combater as mazelas do fenômeno climático. Outras secas atingiriam o Nordeste nas décadas seguintes. A mais abrangente delas teve início em 1979 e durou quase cinco anos. Fome e saques se espalharam pela região. Estima-se que não houve colheita em nenhuma lavoura dentro de uma área de 1,5 milhões de km². Dados oficiais dão conta de que, nessa época, morreram 3,5 milhões de pessoas por conta de enfermidades e desnutrição.

PALIATIVOS De lá pra cá, o fenômeno voltou a se repetir com mais intensidade nos anos de 1993, 1998 e 2001. No fim da década de 1990, Pernambuco viveu o pior racionamento de água de sua história: a região metropolitana, incluindo Recife, passou a receber água encanada apenas uma vez por semana. Em 2001, aliada à crise de energia elétrica que colocava em risco todo o País, a estiagem tornou-se ainda mais preocupante.

Clóvis Cavalcanti, professor do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco e da Universidade Federal de Pernambuco, lembra ações e programas de emergência dos governos nesses períodos. Obras de combate à seca foram abandonadas e diversos projetos não caminharam. "Tivemos em nossa história idéias como a Transamazônica, o Proterra e outras frentes de trabalho. Sempre foram remédios paliativos, não soluções. Reuniam bastante propaganda, mas o efeito prático não mudou a vida do cidadão nordestino. A Sudene era uma grande ação, mas o golpe de 1964 pôs abaixo", afirma.

Um dos projetos iniciados pelo atual governo para possibilitar maior irrigação na área do semiárido, em 2007, é a transposição do Rio São Francisco. É uma obra bastante polêmica, tanto por sua viabilidade econômica como por seu impacto ambiental, que já havia sido discutida em governos anteriores. A previsão é de que o sistema de transposição esteja em pleno funcionamento entre 15 a 20 anos a partir do início do projeto.

Clóvis Cavalcanti defende que o poder público tenha uma visão estratégica sobre a questão da seca no Nordeste para que o desequilíbrio social na região seja combatido de forma eficaz. "Falta uma coluna dorsal, um programa de desenvolvimento que compreenda ações específicas, cada qual com seu objetivo, mas todas estruturadas. O semiárido dispõe de recursos naturais para crescer economicamente com rapidez, há que saber como governá-los em benefício próprio".